



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - NOVA
ESPIRITO SANTO
31.726.581/0001-77
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2023

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	3.434.113,58	3.085.833,63
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria		
Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Transferências Recebidas		
Outras Receitas		
Outros Ingressos Operacionais	3.434.113,58	3.085.833,63
Desembolsos	3.043.137,59	5.655.324,84
Pessoal e Demais Despesas	1.410.218,77	1.333.776,44
Juros e encargos da dívida		
Transferências concedidas		
Outros Desembolsos operacionais	1.632.918,82	4.321.548,40
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	390.975,99	(2.569.491,21)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
Desembolsos		
Aquisição de Ativo Não Circulante		
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Operação de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		
Outros Ingressos de Financiamentos		
Desembolsos		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamentos		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA(I+II+III)	390.975,99	(2.569.491,21)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		2.569.491,21
Caixa e Equivalente de Caixa Final	390.975,99	
<div> <div> ASSINADO DIGITALMENTE ROBERTO PESSIN DESTEFFANI A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital  </div> <div> ASSINADO DIGITALMENTE CARINA APARECIDA SILVA RODRIGUES A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital  </div> </div> <div> <div>ROBERTO PESSIN DESTEFFANI PRESIDENTE</div> <div>CARINA APARECIDA SILVA RODRIGUES CONTADORA CRC 022025/O</div> </div>		



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000
Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

NOTA EXPLICATIVA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Informamos que, o valor de R\$ 390.975,99 (trezentos e noventa mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos) em Caixa e Equivalente de Caixa Final, corresponde ao valor em Restos a Pagar não Processados de R\$ 390.912,00 (trezentos e noventa mil e novecentos e doze reais) mais o valor de R\$ 63,99 (sessenta e três reais e noventa e nove centavos) que sobrou do valor estimado, deixado em conta para cobrir as tarifas bancárias que viessem a serem cobradas até 31/12/2023.

Informamos ainda, que o valor de R\$ 63,99 (sessenta e três reais e noventa e nove centavos), foi restituído aos cofres do Poder Executivo Municipal no dia 22 de janeiro de 2024, conforme Ato 855/2024 e extrato bancário em anexo.

Conceição do Castelo - ES, 31 de janeiro de 2024.

Carina Aparecida Silva Rodrigues
Contadora

Roberto Pessin Desteffani
Presidente da Câmara Municipal
De Conceição do Castelo



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000
Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

ATO Nº 848/2023



DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO AOS COFRES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DO SALDO FINANCEIRO DE QUE TRATA O ART. 168, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTRODUIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, Estado do Espírito Santo, no exercício das atribuições legais, e ainda;

Considerando a Instrução Normativa nº 74, de 15 de junho de 2021 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que dispõe sobre a restituição do saldo financeiro de que trata o art. 168, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, introduzida pela emenda constitucional 109, de 15/03/2021;

Considerando a inclusão do § 2º no art. 168, da Constituição da República Federativa do Brasil, introduzida pela Emenda Constitucional 109, de 15/03/2021, publicado no D.O.U em 16/03/2021;

Considerando a previsão constitucional de que o saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma de duodécimo deverá ser restituído ao caixa único do Tesouro do respectivo ente federativo;

Considerando o disposto no art. 43, parágrafos 1º e 2º da Lei 4.320, de 17/03/1964, segundo o qual o superávit financeiro corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro e é apurado anualmente no balanço patrimonial do Órgão ou Poder, **no encerramento do exercício**;

Considerando o disposto no item 4.5.4 da parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o que dispõe o parágrafo 2º do art. 168 da Constituição Federal, introduzido pela emenda Constitucional 109/2021 quanto a obrigatoriedade de restituição do saldo financeiro apenas quando decorrente da sobra dos recursos entregues sob a forma de duodécimos;

Considerando que a Câmara Municipal pode estabelecer o formato e procedimentos, regulamentando particularidades que incluam condições e prazos para restituição e dedução de saldo financeiro duodecimal, a ser apurado no encerramento de cada exercício;



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000
Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

Considerando que no passivo financeiro, com base na respectiva fonte de recursos utilizada para o cálculo do saldo financeiro ou superávit financeiro decorrente dos recursos ordinários entregues sob a forma de duodécimos, devem ser incluídas as despesas empenhadas e não pagas em 31/12, inscritas em restos a pagar processados (liquidados) e não processados (em liquidação), o que garante a não restituição dos respectivos recursos financeiros duodecimais para o pagamento dos restos a pagar no próximo exercício;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a restituição ao caixa único do Tesouro do Poder Executivo Municipal do saldo financeiro decorrente dos recursos entregues ao Poder Legislativo Municipal no exercício de 2023 sob a forma de repasse de duodécimos.

Parágrafo único - A restituição de que trata o *caput* deste artigo, se refere ao superávit **apurado no encerramento do exercício de 2023**, no montante de **R\$ 1.315.440,47 (um milhão trezentos e quinze mil quatrocentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos)** e será efetuada aos cofres públicos até o último dia 29 de dezembro de 2023.

Art. 2º - Determino, seja dada publicidade do presente Ato, afixando-se cópia deste no átrio da sede desta Câmara Municipal de Conceição do Castelo-ES, observando as demais formalidades legais e cautelas de estilo.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se na íntegra e cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Castelo-ES, em 28 de dezembro de 2023.


ROBERTO PESSIN DESTEFFANI
Presidente da Câmara Municipal de
Conceição do Castelo-ES.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000
Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

ATO Nº 855/2024



DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO AOS COFRES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DO RESTANTE DO SALDO FINANCEIRO DE QUE TRATA O ART. 168, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTRODUZIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, Estado do Espírito Santo, no exercício das atribuições legais, e ainda;

Considerando a Instrução Normativa nº 74, de 15 de junho de 2021 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que dispõe sobre a restituição do saldo financeiro de que trata o art. 168, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, introduzida pela emenda constitucional 109, de 15/03/2021;

Considerando a inclusão do § 2º no art. 168, da Constituição da República Federativa do Brasil, introduzida pela Emenda Constitucional 109, de 15/03/2021, publicado no D.O.U em 16/03/2021;

Considerando a previsão constitucional de que o saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma de duodécimo deverá ser restituído ao caixa único do Tesouro do respectivo ente federativo;

Considerando o disposto no art. 43, parágrafos 1º e 2º da Lei 4.320, de 17/03/1964, segundo o qual o superávit financeiro corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro e é apurado anualmente no balanço patrimonial do Órgão ou Poder, **no encerramento do exercício**;

Considerando o disposto no item 4.5.4 da parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o que dispõe o parágrafo 2º do art. 168 da Constituição Federal, introduzido pela emenda Constitucional 109/2021 quanto a obrigatoriedade de restituição do saldo financeiro apenas quando decorrente da sobra dos recursos entregues sob a forma de duodécimos;

Considerando que a Câmara Municipal pode estabelecer o formato e procedimentos, regulamentando particularidades que incluam condições e prazos



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000

Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

para restituição e dedução de saldo financeiro duodecimal, a ser apurado no encerramento de cada exercício;

Considerando que no passivo financeiro, com base na respectiva fonte de recursos utilizada para o cálculo do saldo financeiro ou superávit financeiro decorrente dos recursos ordinários entregues sob a forma de duodécimos, devem ser incluídas as despesas empenhadas e não pagas em 31/12, inscritas em restos a pagar processados (liquidados) e não processados (em liquidação), o que garante a não restituição dos respectivos recursos financeiros duodecimais para o pagamento dos restos a pagar no próximo exercício;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a restituição ao caixa único do Tesouro do Poder Executivo Municipal do restante do saldo financeiro decorrente dos recursos entregues ao Poder Legislativo Municipal no exercício de 2023 sob a forma de repasse de duodécimos.

Parágrafo único - A restituição de que trata o *caput* deste artigo, se refere ao restante do superávit **apurado no encerramento do exercício de 2023**, no montante de **R\$ 63,99 (sessenta e três reais e noventa e nove centavos)** e será **efetuada aos cofres públicos até o último dia 25 de janeiro de 2024.**

Art. 2º - Determino, seja dada publicidade do presente Ato, afixando-se cópia deste no átrio da sede desta Câmara Municipal de Conceição do Castelo-ES, observando as demais formalidades legais e cautelas de estilo.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se na íntegra e cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Castelo-ES, em 15 de janeiro de 2024.

ROBERTO PESSIN DESTEFFANI

Presidente da Câmara Municipal de
Conceição do Castelo-ES.